



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



80

*Palestra para alunos e estagiários dos cursos
de altos estudos das Escolas de Guerra
Naval, Comando e Estado-Maior do Exército
e Aeronáutica e Superior de Guerra*

RIO DE JANEIRO, RJ, 23 DE NOVEMBRO DE 1996

Senhor Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Mauro César Rodrigues Perreira; Senhores Ministros de Estado; Senhores Oficiais-Generais; Senhores Oficiais Superiores; Senhores Alunos estagiários do Curso de Altos Estudos das Escolas Militares; Senhoras e Senhores;

Retorno hoje, como já disse o Almirante Mauro César, a este auditório para renovar o prazer de me dirigir a um grupo tão expressivo das Forças Armadas e também a setores não menos expressivos da sociedade civil.

Foi a meu pedido que os Ministros concordaram, há um ano, em termos um encontro conjunto. Foi há um ano. De lá para cá, acho que se delineou um pouco mais ainda a indefinida ordem internacional do pós-Guerra Fria, e nosso país deu passos firmes, passos seguros para a sua modernização e para aquilo que vem junto, de forma inseparável: a necessidade de terminarmos, progressivamente, com um quadro de injustiças sociais.

Creio que, com o fim da confrontação Leste-Oeste, nós assistimos, hoje, a uma espécie de grande reacomodação das forças. Acredito

que, no passado, quando vivíamos ainda sob o domínio de uma concepção baseada na realidade da bipolaridade e no confronto entre dois superpoderes, não se imaginava com muita clareza – nem se poderia imaginar – qual seria, em nível mundial, a evolução das forças políticas. Talvez alguns até imaginassesem que, com o declínio de um dos pólos de comando internacional, nós marchássemos para uma situação de praticamente monopólio de poder.

Não é o que está acontecendo. Hoje, estamos assistindo a uma transformação diferente daquela que se poderia imaginar, no sentido de que o processo de globalização – que tem, sem dúvida nenhuma, uma base de ordem produtiva, transformações, que os senhores conhecem, significativas no que diz respeito seja ao processo tecnológico mesmo de produção, seja à distribuição de recursos econômicos, seja, sobretudo, ao controle das decisões –, graças aos meios de comunicação quase instantânea, levou a uma complexidade inimaginável no plano mundial.

A complexidade é de tal monta que, dificilmente, por mais poderoso que seja um país, ele poderia transformar-se em pólo exclusivo de poder. Estamos assistindo, nessa nova ordem ainda cambiante, ainda, como disse, marcada por alguma incerteza quanto aos seus rumos, é, ao contrário, à necessidade da existência de um poder compartilhado.

A forma pela qual esse equilíbrio mundial se vai concretizar ainda não está muito clara. Percebem-se, a todo instante, discussões em vários níveis, em relação, por exemplo, ao destino das Nações Unidas, às responsabilidades pela manutenção da paz, à forma pela qual se poderiam dirimir conflitos, mas ainda não existe clareza muito grande nesse processo. Vê-se, também, a emergência de grupos de decisão, mas de decisão restrita, ao nível, por exemplo, do famoso G-7, que, entretanto, não pode se constituir como se fosse um diretório para tomar decisões em nível mundial, porque falta a base de legitimidade para tal.

Nessa circunstância, portanto, temos que estar atentos ao nosso papel, papel compatível com as nossas possibilidades, que não são

nem extraordinariamente grandes, nem tão modestas quanto, eventualmente, poderiam ter sido em outra conjuntura internacional. O Brasil tem tentado contribuir de forma construtiva para a existência, ao nível internacional, de uma situação política que permita haver fóruns dedicados de diálogo e de construção do futuro, de tal maneira que sejamos partícipes – repito: dentro de nossas possibilidades – das decisões que eventualmente se venham a tomar com relação aos mecanismos institucionais que vão levar, no próximo século, à definição das regras internacionais de poder.

É nesse contexto, existindo, portanto, ainda, falta de correspondência entre os centros de decisão estratégico-militar, político-econômico, de difícil evolução também, que temos de nos colocar nesse ambiente internacional, que é multipolar, mas indefinido – e também instável, pela própria razão de ser ainda indefinido. Creio que essa modificação sensível das condições da vida internacional devem chamar a nossa atenção de imediato, já que, por responsabilidade constitucional, temos que velar pelos interesses do nosso país. Essa globalização e esse fato de que, hoje, dispomos de um cenário menos rígido – mas que não é, repito, de monopólio de poder, não pode ser de monopólio de poder – nos obriga também, ao reconhecemos a globalização da economia, e não esquecer que continuam a ter relevância os conceitos tradicionais de soberania, de autodeterminação e de identidade nacional, por certo definidos nesse contexto e definidos no sentido de que – na medida em que somos favoráveis à autodeterminação e queremos reconhecer e reconhecemos a nossa soberania – também reconhecemos a existência de outras identidades, com as quais temos que dialogar e conviver.

Mais ainda: no mundo de hoje, vemos crescentemente a participação de atores que não são governamentais. No passado, a definição das estratégias, a definição das políticas, a implementação mesmo das transformações delineadas pelas políticas eram, praticamente, objeto da ação exclusiva de Estados nacionais. Hoje é diferente, pela própria globalização não só da economia, mas, mais do que da economia, também dos contatos, dos meios de comunicação – eu quase

que diria: das próprias sociedades: existem atores que são não-governamentais e que desempenham papel ativo em nível internacional, atores dos mais diferenciados. Temos que reconhecer, portanto, que há também essa mudança.

Hoje, na casa de cada um de nós, ligamos a televisão e estamos ouvindo comentários políticos em outros idiomas e comentários que vão refletir as opiniões de setores da sociedade civil de vários países, os quais, nessa medida, passam também a conformar o meio ambiente no qual as decisões são tomadas; sem falar de atores que se organizam maisativamente – por exemplo, atores na questão, de novo, do próprio meio ambiente –, têm posições e defendem suas idéias.

Então, estamos assistindo, realmente, a um mundo diferente do mundo posterior à Segunda Guerra Mundial.

Aqui, na América do Sul, nós vivemos numa das regiões talvez mais desmilitarizadas do mundo e com um grau de ameaça à paz relativamente limitado. Não obstante, mesmo nesse ambiente, temos que reconhecer a possibilidade da existência de alguns problemas que podem, eventualmente, contrariar ou afetar interesses brasileiros, como, por exemplo, na questão relativa à existência de bandos armados, em países vizinhos, para não falar da presença cada vez mais séria do crime organizado.

O Brasil, simultaneamente, define, hoje, a sua política, o seu relacionamento internacional a partir de uma perspectiva muito concreta, orientada para a formação do Mercosul. Então, de alguma maneira, temos que estar cada vez mais atentos – e atentos de maneira construtiva – aos interesses, às diferenças e às possibilidades de negociação com os nossos vizinhos mais imediatos, que são os que estão aqui, ao nosso lado, no Mercosul. Não preciso referir-me à importância que o Mercosul ganhou para o Brasil, e a recíproca é verdadeira também: o Brasil ganhou importância para os nossos vizinhos do Mercosul. Mormente agora, quando o Mercosul conseguiu fazer um acordo de livre comércio com o Chile e com a Bolívia.

Proximamente, no Ceará, em dezembro, dia 16 ou 17 de dezembro, teremos uma reunião dos Presidentes do Mercosul. Há uma ne-

gociação complexa para ver até que ponto outros países poderão se aproximar do Mercosul, notadamente a Venezuela, um país que, talvez pela primeira vez na história, começou – e começou no Governo do Presidente Itamar Franco – a olhar para o Sul, algo que não se deve perder de vista. Por essa razão, o Governo brasileiro se empenhou e conseguiu, agora, fazer um acordo com a Venezuela para a questão da energia hidroelétrica do Guri, de tal maneira que, se tudo correr bem, vamos ter a possibilidade de utilizar as fontes geradoras da Venezuela para a energia de Boa Vista, em Roraima. Também, estamos comprando, crescentemente, petróleo da Venezuela, da mesma maneira que o fizemos com a Argentina, sendo que, dizia-se, até 1992 as nossas compras de petróleo eram praticamente nulas nessa região.

Agora, nossa política se orienta noutro sentido, no sentido de integração, tendo como base o Mercosul e como horizonte mais imediato a América do Sul. Temos que estar atentos, portanto, aos desdobramentos que ocorrem nos países das nossas cercanias, notadamente em alguns dos que a imprensa menciona como países caracterizados pela existência de guerrilhas, de grupos de narcotraficantes e, mais grave ainda, de alguma vinculação entre grupos de guerrilha e grupos de narcotraficantes.

Portanto, neste quadro que se está reelaborando do mundo, em que o Brasil precisa, e vai ter, uma voz mais presente nas decisões de âmbito planetário, nós, ao mesmo tempo, estamos reforçando a nossa política de paz na América do Sul e não nos deixando perder pelas grandes perspectivas sem olhar para o entorno mais imediato e sem perceber que existe aqui, por razões históricas e por razões geográficas, uma ação mais imediata do Brasil com os seus vizinhos e que se tem caracterizado por ser uma ação crescentemente integradora – integradora na economia, crescentemente integradora em termos culturais e com uma relação militar muito positiva. Basta mencionar a relação que existe entre a armada brasileira e a armada argentina ou os exércitos dos nossos respectivos países. Ainda há pouco, fizemos manobras conjuntas; a Marinha faz há algum tempo. Estamos ampliando esse tipo de relacionamento, que é construtivo, mas re-

quer uma, eu não diria preocupação, mas uma consideração da questão da nossa defesa e da questão militar. Não estamos perdendo de vista os nossos interesses quando tomamos decisões que nos levam a uma integração paulatina com os nossos vizinhos.

Pois bem, diante desse quadro, de um mundo que se transforma, de uma possibilidade, sem que haja nenhum exagero nisso, de uma ação mais ativa do Brasil no cenário internacional, de uma presença forte do Brasil no cenário sul-americano, de uma integração crescente do Brasil com os nossos sócios do Mercosul, achei necessário, também no que diz respeito às decisões brasileiras sobre a sua política de defesa, que criássemos, primeiro, uma Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que eu presido e que é composta pelo Ministro da Justiça, pelos quatro Ministros militares, pelo Ministro das Relações Exteriores, pelo Chefe da Casa Civil, pelo Chefe da Casa Militar e pelo Secretário de Assuntos Estratégicos. Determinei que se elaborasse, aí, uma proposta de política de defesa nacional e que essa proposta fosse voltada para as ameaças externas. Achei, com o apoio dos Ministros aqui citados, que era necessário passarmos a uma visão que fosse nacional dessas questões, que fosse integradora e também em que tivéssemos clareza sobre os nossos objetivos nessa matéria. E, no dia 7 deste mês de novembro, aprovei essa política, que foi elaborada pelos participantes dessa Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu destacaria alguns pontos, embora, certamente, os senhores, que são profissionais nos seus estudos, vão aprofundar cada um desses aspectos da nossa política. Eu diria que essa política sintetiza o pensamento político estratégico próprio do Brasil, sobre a defesa do nosso país, tem perfeita consonância com nossa política externa e, ao mesmo tempo, envolve, como já mencionei na própria elaboração dessa política, toda a sociedade civil e os órgãos do Governo e do Estado. Ela está centrada em uma diplomacia voltada para a paz e, estrategicamente, tem uma atitude dissuasória defensiva; entretanto, tem que estar pronta para se transformar em ofensiva, porque sempre devemos ter presente que, diante de uma eventual agressão armada, precisamos ter uma pronta resposta. Talvez não haja para os

senhores novidade nisso, mas trata-se de um esforço, digamos assim, de integração da política de defesa e da política externa como um todo, com sustentação no País.

Trata-se simplesmente não da decisão de um corpo militar ou do corpo diplomático, por um lado, ou da sociedade e do Congresso por outro lado, mas de uma visão crescentemente integradora. E, nessa visão integradora, nós continuamos a priorizar a ação diplomática como um instrumento para a solução dos conflitos. Essa ação diplomática é que tem que ser respaldada por uma estrutura militar capaz de gerar um efeito dissuasório eficaz. Claro, nessa política, nós temos que prever a paulatina modernização da nossa capacidade de autoproteção e, portanto, precisamos ter, crescentemente, maior autonomia estratégica e melhor capacitação operacional das Forças Armadas, com o apoio dos setores industrial, universitário e técnico-científico, voltada toda essa política para uma crescente integração das Forças Armadas e para seu aprimoramento.

Nada disso é novidade para os senhores, no que diz respeito diretamente à ação militar, porque, certamente, a ação militar, em cada âmbito respectivo, visa a isso. Entretanto, agora estamos propondo que seja alguma coisa concebida globalmente, com o apoio, também, da sociedade e com diretrizes bastante claras. Uma vez aprovadas essas diretrizes, determinei também que as nossas embaixadas no exterior dessem conhecimento das nossas disposições a todos os países. E as respostas que pude ter, até mesmo diretamente, dos Presidentes dos países vizinhos, notadamente da Argentina, foram muito positivas.

Nós tornamos claro aquilo que todos sabíamos, e isso fica claro para terceiros, que podem verificar quais são as nossas intenções; e nós podemos trabalhar, portanto, com maior tranquilidade. Não temos por que negar que estamos nos protegendo, nos aprimorando para eventualmente defender-nos; mas a nossa é uma política de paz, orientada, em primeiro lugar, por uma ação diplomática, com uma ação militar que respalda essa ação diplomática, toda ela uma ação, digamos, consensual, o quanto no mundo é possível haver ações consensuais em nível político.

Esta política não explicita, de forma imediata, o combate aos crimes transnacionais ou transfronteiriços, apenas faz uma referência a essa ameaça, porque essa ameaça existe, pode minar até a estrutura da sociedade e o princípio da autoridade. Como assumiu vulto muito grande, essa ameaça deixa de ser apenas um problema de segurança pública. E nós temos que ter consciência dessas questões.

Nas estratégias decorrentes dessa política, deverá ser previsto apoio eventual das Forças Armadas ao órgão policial responsável pelo combate permanente ao crime organizado – apoio nos campos da logística, das comunicações e da inteligência. Excepcionalmente é que as Forças Armadas poderão entrar em operações contra alvos bem definidos e que requeiram emprego da massa ou cerco físico do terreno. Aí, unidades das Forças Armadas poderão vir a empregar o seu poder de combate. Não se trata, portanto, de uma ação direta das Forças Armadas. Aqui existem instituições de outra natureza, responsáveis pelo combate ao crime organizado e pelo combate ao narcotráfico, mas, dado o vulto dessa ameaça que existe dentro das nossas fronteiras, também precisamos dispor de instrumentos de defesa contra atos que já não são mais contravenção da ordem interna, pois dizem respeito a algo que transcende esse problema. Temos, portanto, que não deixá-lo à margem, como se ele não existisse. Estamos assistindo, todos os dias, ao crescimento dessas organizações que ameaçam, efetivamente, até mesmo – poderão ameaçar – a nossa soberania. E precisamos estar preparados para combatê-las.

Muito freqüentemente se tem dito que nós queremos evitar a utilização das Forças Armadas no combate a esse tipo de ação de crime organizado, de narcotráfico, etc., porque tememos a contaminação das Forças Armadas pelos desvios que o crime organizado eventualmente possa acarretar. Não é essa a nossa perspectiva. Estou aqui dizendo que não colocamos as Forças Armadas em primeiro plano nesse combate. É por outra razão: é porque não é função específica das Forças Armadas. Devemos manter a idéia de que apenas subsidiariamente é que podemos ter alguma participação delas, porque a

destinação constitucional maior das Forças Armadas não diz respeito a essa matéria.

Então, quero deixar com bastante clareza – porque freqüentemente se vê nos jornais atribuições ao Governo de que deseja isto ou aquilo – qual é a filosofia que foi aprovada pela Câmara ou por mim, depois de discutida na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, qual a perspectiva com que estamos encarando a questão dessas novas ameaças existentes e que papel corresponderia às Forças Armadas nessa matéria.

Também não queria negar aos senhores a nossa preocupação com relação a certas áreas específicas do Brasil. No caso, eu me refiro à Amazônia. Pela sua biodiversidade, pela sua riqueza mineral e com a sua capacidade de, de alguma maneira, do ponto vista ambiental, compensar uma série de ocorrências negativas do mundo industrializado que afetam o meio ambiente, nós temos que nos preocupar com a Amazônia.

É claro que qualquer brasileiro responsável deve se preocupar com essa questão. Mas, ocupando o cargo que ocupo, como Chefe de Estado, tenho que, como diz o item específico da nossa política de defesa, zelar pela garantia da soberania, pela preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais, que nós fizemos incluir entre os sete objetivos fundamentais da nossa política de defesa. Nessa política de defesa nós incluímos, bem claramente, que queremos proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar. E queremos desenvolver ações para vivificar a paz de fronteira, em especial na Região Norte e na Região Centro-Oeste. Acho que esses objetivos são vias fundamentais para a segurança e o desenvolvimento daquela região.

Acredito também que, nesse sentido, nós devemos, ao nos preocuparmos com a soberania, prestar atenção em que, muitas vezes, existe zelo na questão de demarcação de territórios indígenas em áreas de fronteiras. Precisamos deixar bem claro que, quando as terras indígenas passam para a União, o que ocorre é que, do ponto de vista dos estados da Federação, estes têm sua ação limitada; mas a

União, de forma imediata, aumenta o grau de eficácia de intervenção, se necessário for, porque essas terras passam para a União. Além do mais, a faixa de 150 km de fronteira continua intocada como uma faixa na qual a União tem a sua capacidade de ação mais imediata.

De modo que não devemos temer, em termos de segurança nacional, a existência de regiões que são demarcadas como terras indígenas. Freqüentemente as apresentam como se fosse alguma coisa que inviabiliza a ação da União. Não. Ela limita a ação dos estados, mas não pode inviabilizar a ação da União. E me refiro a isso porque, obviamente, na região Amazônia nós temos uma enorme quantidade de áreas demarcadas. Tive ocasião de visitar, com alguns dos aqui presentes, São Gabriel da Cachoeira e mais adiante, também na fronteira com a Colômbia, e pude verificar *in loco* as situações, as nossas patrulhas na fronteira.

Nós temos uma preocupação positiva nessa área. Creio que, hoje, o Brasil pode dar o testemunho de que a presença militar nessas regiões é uma presença, eu diria, protetora das populações locais, das populações indígenas. Se me permitem referir-me a algo quase particular: a minha mulher, a Ruth, esteve recentemente na Região Amazônica para verificar justamente isso, por razões de ação social do Comunidade Solidária, e pode testemunhar. É importante, porque as pessoas no Centro-Sul do Brasil, sobretudo aqueles como nós, da Universidade de São Paulo, muitas vezes não temos a noção clara do papel importantíssimo que é desenvolvido pelas forças militares – Exército, Marinha e Aeronáutica – nessas regiões e sua ação integradora. Agora mesmo, vamos mandar cerca de 1.000 estudantes das várias universidades do Brasil à Região Amazônica, para entrarem em contato com essas populações. Eles vão poder ver de perto de que maneira se dá a presença militar nessas regiões, que não é uma presença percebida pela população local como ameaça, senão que, ao contrário, é percebida pela população local como uma presença construtiva de ajuda, de apoio, de solidariedade. E é com esse espírito, também, que temos pensando, toda vez que discutimos a questão amazônica: em termos de

política de defesa, de integração desse território e com esse propósito de respeito ao meio ambiente e às populações locais.

Nesse contexto se coloca, também, o esforço grande do Sivam, porque nós precisamos de uma complementação eletrônica, indispensável para o controle do espaço aéreo e das informações disponíveis naquela área. Os senhores sabem que eu me empenhei nisso pessoalmente, com muita insistência. O Ministro Lobo e, antes dele, o Ministro Gândara sabem do meu empenho na aprovação do Sivam. E não havia outra razão. A razão era exclusivamente a do convencimento, que me foi trazido pelos senhores próprios, de que esse instrumental era essencial, e eu considero que seja mesmo, para que possamos, efetivamente, ter controle do nosso espaço aéreo e de informações pertinentes à manutenção do nosso controle soberano sobre a Amazônia.

Portanto, está claro que, ao definirmos as linhas gerais da nossa política, partimos de uma visão macro, integrando-a progressivamente ao continente sul-americano. Ao definir certas áreas mais sensíveis do nosso território, usando sempre um processo integrativo e com esse apoio de toda a sociedade, pela clareza dos objetivos que são definidos por todos nós, me parece que temos aí uma visão tranquila, com relação a qual seja o nosso papel em termos de defesa nacional nessas matérias.

Evidentemente, sobretudo na Região Amazônica, sabemos que a questão da preservação do patrimônio não vai se exaurir com as nossas preocupações de uma proteção mais efetiva em termos militares. Precisamos de um conjunto de políticas integradoras no Amazonas. Desde que assumi o Governo, tive a preocupação muito constante de redefinir, em termos globais, no projeto nacional de desenvolvimento, as ações do Governo Federal na área amazônica, sobretudo na área de infra-estrutura amazônica. Posso lhes dizer que os frutos dessa preocupação – que certamente não foi uma preocupação exclusiva do Presidente, é do conjunto do Governo – começam a surgir. Nós atuamos, basicamente, na área de infra-estrutura, na infra-estrutura energética e na questão dos transportes.

Pela primeira vez nós conseguimos equacionar, através da ação da Eletrobrás, o chamado linhão do Tucuruí, que vai permitir que as populações do sul do Pará possam se beneficiar da linha de transmissão que até hoje sai do Tucuruí e vai servir só à produção industrial no Maranhão, sem que as populações locais pudessem sequer ter luz elétrica; elas vêm passar as linhas e não se beneficiam disso, o que causa, naturalmente, uma sensação de abandono, de falta de interesse por parte do País, que estaria preocupado simplesmente com a produção altamente tecnológica e intensiva, e não com a população local.

Estamos construindo o linhão de Tucuruí, que beneficiará aquela região problemática. Graças a uma ação conjunta, recentemente, na questão da Companhia Vale do Rio Doce, das minas de ouro que foram descobertas na Serra Leste, foi possível controlá-la. Mas é uma região que preocupa, pelas instabilidades eventuais, e que precisa de uma ação mais enérgica e conjunta, dos vários setores de governo – estadual, municipal e federal, civis e militares – para que possa sentir-se integrada mais ativamente num Brasil democrático e que possa prosperar em conjunto.

Além disso, nós definimos um plano, também, de energia elétrica mais ampla para a Região Amazônica – aliás, de energia não só elétrica. Mencionei o fato de que, com a Venezuela, estamos acertando um entendimento para que seja possível atender a Roraima e sua capital, Boa Vista. Estamos ultimando os entendimentos. Também, a Petrobras definiu, de comum acordo com a Eletrobrás, dentro do âmbito do Ministério de Minas e Energia, que vamos aproveitar o gás de Urucu e, num processo tecnologicamente complexo, vamos levá-lo, através de dutos e, depois, através de navios, até Manaus. Vai ser liquefeito, gaseificado outra vez e transformado em energia, de tal maneira que possamos não só resolver a questão de Manaus, mas também, por esse mesmo método, atender à outra ponta, cá, mais ao Sudoeste, a ponta relativa a Rondônia e Porto Velho, que não têm uma alternativa energética positiva, apesar dos esforços já feitos com a usina de Samuel. Mas, agora, com a utilização do gás de Urucu, nós vamos ter a capacidade de atingir também essa região.

No que diz respeito aos transportes, fizemos um esforço que, financeiramente, não terá sido grande, mas tem valor estratégico: a utilização da navegação do rio Madeira. Muitos dos senhores conhecem essa matéria. Em algumas regiões, só a Marinha chega com regularidade a certos povoados – ou, então, é através de helicópteros. Aquela é hoje uma região que, graças a um esforço de demarcação da navegação do rio Madeira, de melhoria de portos em Porto Velho, da privatização, mais tarde, do porto de Porto Velho e, sobretudo, da formação de um terminal graneleiro em Itacoatiara, no rio Amazonas, vai poder exportar para a Europa os grãos produzidos em Rondônia e na parte norte de Mato Grosso, por um preço sensivelmente mais barato, porque o BNDES está financiando, ou já financiou, os navios que vão transportar os grãos de Porto Velho até Itacoatiara. Em Itacoatiara entram navios de grande tonelagem, e já foi feito o terminal graneleiro. Tenho certeza de que a próxima safra, do ano que vem, já vai escoar por aí. Isso é um processo que integra aquela região e lhe permite competir em níveis mais favoráveis no mercado internacional.

Estou colocando essa questão no âmbito de uma política de defesa, porque me parece que ela contempla essa necessidade da integração nacional. Estou, então, lhes dizendo que nós delineamos algumas linhas que me parecem essenciais, nos transportes e na energia, para que essa região amazônica tenha um destino perceptível para o seu povo.

Também queria lhes dizer que, nesse mesmo contexto, de preocupação crescente de todos nós com essa nova etapa do Brasil – um Brasil que pode se colocar com tranquilidade nos fóruns internacionais e que dispõe de capacidade de decisão; que tem uma base de sustentação da sua política externa e da sua política militar; que aceita como objetivo a nossa integração e a continuidade da integração nacional através de ações civis e militares –, temos que enfrentar e estamos enfrentando algo extremamente complexo, que é a reforma do próprio aparelho de Estado. Talvez seja essa a reforma mais necessária e mais difícil de ser feita e ela é essencial para que possamos continuar numa linha de progresso no nosso país.

Ainda ontem, um grupo de correspondentes estrangeiros me perguntou – porque estamos terminando o segundo ano de governo – o que eu diria que foi, a expressão é deles, mais positivo nesse segundo ano de governo. Eu respondi dizendo que, no primeiro ano de governo, nós continuamos com a estabilização da moeda e conseguimos modificações constitucionais que permitem um dinamismo maior em setores básicos da nossa economia; e que, agora, no segundo ano de governo, me parece que foi essencial manter a estabilidade da moeda, porque ela, de imediato, tem uma consequência prática, qual seja a da melhoria da condição de vida da população.

O último estudo que vi, do Ipea, não publicado, mostra que, de 1993 a 1995, portanto, ainda não em 96, haviam atravessado a linha de pobreza 13 milhões de brasileiros, graças ao fato de que estabilizamos a moeda, porque a inflação era o imposto que mais corroía a capacidade de compra dos mais pobres. Portanto, dizia eu, parece-me que a continuidade da estabilização é parte da política social. Neste segundo ano de governo, dizia eu, fizemos um esforço na direção da melhoria do ensino básico, da escola pública, da escola primária, melhoria que foi aprovada pelo Congresso e cujos efeitos só se farão sentir nos próximos anos, alterando e melhorando o salário do professor primário.

Fizemos um esforço, como estamos fazendo, na área da reforma agrária, que é outra área difícil. Hoje, o País começa a sentir que existe uma política e que, sem aceitar o desrespeito à lei, sem entrar em provocações que são continuadas nessa matéria, o Governo está tomando decisões que vão permitir uma transformação da base fundiária do Brasil. Acredito, portanto, que a continuidade da estabilização, com o começo de modificações sociais, dão um sentido de horizonte de possibilidade de melhoria de vida.

Mas disse também que eu ainda via com preocupação aquilo que me parece o mais importante para que completemos esse ciclo de transição para o progresso e a democratização da sociedade, que é a reforma do Estado. A reforma administrativa está no Congresso, mas ainda não foi aprovada. A previdenciária também não. E nós temos que definir qual é o Estado que nós desejamos.